

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

Relatório dos auditores independentes
sobre a Revisão das
Informações Trimestrais (ITR)
Trimestre findo em 31 de março de 2011

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS
Montes Claros - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes do exercício e do período anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 24 de março de 2011, que não conteve modificação.

São Paulo, 16 de maio de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC 2SP013439/O-5

Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Sócio-contador
CRC 1SP105866/O-5 CRC 1SP181015/O-3

Henrique Herbel de Melo Campos
Sócio-contador

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	24.088	29.726	148.713	206.829
Títulos e valores mobiliários	4	11.442	10.845	18.370	16.003
Duplicatas a receber	5	-	-	573.008	584.019
Estoques	6	-	-	652.347	612.216
Adiantamentos a fornecedores	7	83	105	87.970	59.426
Impostos a recuperar	17.d	10.748	13.922	51.998	56.445
Debêntures emitidas por controlada	16	14.323	12.022	-	-
Instrumentos derivativos	21.d.4	-	-	23.006	7.087
Outros créditos a receber		20.803	8.965	35.660	25.124
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		81.487	75.585	1.591.072	1.567.149
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	21.335	21.826
Créditos e valores a receber		-	-	7.064	7.324
Adiantamentos a fornecedores	7	-	-	7.791	9.003
Partes relacionadas	15	84.461	71.457	33.336	24.047
Debêntures emitidas por controlada	16	11.431	14.033	-	-
Impostos a recuperar	17.d	20.991	20.991	62.826	64.703
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.c	8.629	8.629	138.084	140.610
Imobilizado disponível para venda	9	-	-	31.732	32.423
Depósitos judiciais	18	77.865	77.465	106.377	106.211
		-----	-----	-----	-----
		203.377	192.575	408.545	406.147
Permanente:					
Investimentos em controladas	8	1.238.929	1.231.034	-	-
Outros investimentos		62.323	62.323	62.877	62.877
Imobilizado	9	44	54	1.196.567	1.211.753
Intangível	10	2	2	76.334	76.747
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		1.504.675	1.485.988	1.744.323	1.757.524
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo		1.586.162	1.561.573	3.335.395	3.324.673
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
PASSIVO					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	22.218	-	345.638	357.323
Fornecedores	12	57	78	220.644	218.545
Obrigações sociais e trabalhistas		649	494	57.390	58.516
Impostos e taxas		82	186	15.792	15.275
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	1.429	844	2.008
Dividendos a pagar	14.c	754	754	1.692	1.774
Instrumentos derivativos	21.d.3.3	-	-	3.345	12.030
Outras contas a pagar		482	1.767	45.455	51.400
Total do passivo circulante		24.242	4.708	690.800	716.871
NÃO CIRCULANTE:					
Exigível a longo prazo:					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	252.437	216.705
Partes relacionadas	15	-	1.734	1.169	1.197
Concessões governamentais	20	-	-	67.922	63.992
Planos de aposentadoria e benefícios	19	-	-	66.278	69.309
Provisões diversas	18	64.137	63.737	93.894	94.314
Instrumentos derivativos	21.d.3.3	-	-	-	33
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	17.c	427	427	5.050	5.051
Outras obrigações		-	-	26.335	38.821
Total do passivo não circulante		64.564	65.898	513.085	489.422
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
Capital realizado	14	870.000	870.000	870.000	870.000
Reservas de capital		286.308	286.308	286.308	286.308
Reservas de lucros		431.660	431.660	431.660	431.660
Ajuste acumulado de conversão		(94.352)	(92.584)	(94.352)	(92.584)
Ajuste de avaliação patrimonial		(93)	(3.579)	(93)	(3.579)
Ações em tesouraria		(838)	(838)	(838)	(838)
Lucros acumulados		4.671	-	4.671	-
Total da participação dos acionistas da controladora		1.497.356	1.490.967	1.497.356	1.490.967
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES					
Total do patrimônio líquido		1.497.356	1.490.967	2.131.510	2.118.380
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.586.162	1.561.573	3.335.395	3.324.673

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	-	-	547.423	661.632
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		-	-	(417.995)	(544.849)
LUCRO BRUTO		-	-	129.428	116.783
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas		-	-	(60.897)	(58.630)
Gerais e administrativas		(4.817)	(2.213)	(38.737)	(40.472)
Honorários da administração		(431)	(275)	(2.327)	(1.822)
Equivalência patrimonial	8	6.176	4.269	-	-
Outras, líquidas		51	53	(2.979)	(95)
RESULTADO OPERACIONAL		979	1.834	24.488	15.764
Despesas financeiras – juros e encargos		(145)	(86)	(17.032)	(10.059)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(366)	(138)	(10.821)	(10.310)
Receitas financeiras		5.187	3.141	12.244	7.234
Variações cambiais, líquidas		(984)	2.307	6.963	12.966
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		4.671	7.058	15.842	15.595
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	17.b	-	(832)	(4.581)	(5.889)
Diferido	17.b	-	643	(731)	752
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		4.671	6.869	10.530	10.458
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				4.671	6.869
Participação dos acionistas não-controladores				5.859	3.589
				10.530	10.458
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	26	0,0401	0,0589	0,0401	0,0589

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	4.671	6.869	10.530	10.458
Outros resultados abrangentes:				
Hedges de fluxo de caixa	3.486	(2.332)	5.095	(3.407)
Variação cambial de investimentos no exterior	(1.768)	4.508	(2.495)	6.465
	-----	-----	-----	-----
	1.718	2.176	2.600	3.058
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	6.389	9.045	13.130	13.516
	=====	=====	=====	=====
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores			6.389	9.045
Participação dos acionistas não-controladores			6.741	4.471
			-----	-----
			13.130	13.516
			=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota expli- cativa	Capital realizado	Reserva de capital- incentivos fiscais	Reserva de lucros		Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total da par- ticipação de acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
				Legal	Retenção de lucros							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		870.000	286.308	33.190	393.089	(87.436)	16.706	(726)	-	1.511.131	637.051	2.148.182
Resultado abrangente:												
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	6.869	6.869	3.589	10.458
Varição cambial sobre investimentos	2.1	-	-	-	-	302	-	-	-	302	-	302
Reflexo de controladas-												
Varição cambial sobre investimentos	2.1	-	-	-	-	4.206	-	-	-	4.206	1.957	6.163
Instrumentos derivativos – NDF	21.b.3	-	-	-	-	-	(2.332)	-	-	(2.332)	(1.075)	(3.407)
		-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	4.508	(2.332)	-	6.869	9.045	4.471	13.516
		-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010		870.000	286.308	33.190	393.089	(82.928)	14.374	(726)	6.869	1.520.176	641.522	2.161.698
		=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva de capital incentivos fiscais	Reserva de lucros		Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total da participação de acionistas controladores	Participação dos acionistas não-controladores	Total do patrimônio líquido
				Legal	Retenção de lucros							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		870.000	286.308	33.298	398.362	(92.584)	(3.579)	(838)	-	1.490.967	627.413	2.118.380
Resultado abrangente:												
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	4.671	4.671	5.859	10.530
Variação cambial sobre investimentos	2.1	-	-	-	-	(192)	-	-	-	(192)	-	(192)
Reflexo de controladas-												
Variação cambial sobre investimentos	2.1	-	-	-	-	(1.576)	-	-	-	(1.576)	(727)	(2.303)
Instrumentos derivativos – NDF	21.b.3	-	-	-	-	-	3.486	-	-	3.486	1.609	5.095
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	(1.768)	3.486	-	4.671	6.389	6.741	13.130
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011		870.000	286.308	33.298	398.362	(94.352)	(93)	(838)	4.671	1.497.356	634.154	2.131.510

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	4.671	6.869	10.530	10.458
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	9	9	28.383	30.193
Concessões governamentais	-	-	3.930	2.851
Equivalência patrimonial	(6.176)	(4.269)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	189	5.312	5.137
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	608	132
Perda no valor recuperável do imobilizado	-	-	-	139
Variações cambiais	-	-	(9.330)	(9.605)
Juros e encargos	-	-	8.127	5.092
Outras provisões	-	-	(3.502)	(1.546)
	-----	-----	-----	-----
	(1.496)	2.798	44.058	42.851
	-----	-----	-----	-----
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	(597)	180	(2.367)	6.823
Duplicatas a receber	-	-	11.433	(9.101)
Estoques	-	-	(42.143)	(20.754)
Adiantamento a fornecedores	21	-	(23.306)	(12.205)
Fornecedores	(20)	(15)	202	9.507
Outros	(11.025)	5.911	(22.036)	24.923
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades Operacionais	(13.117)	8.874	(34.159)	42.044
	-----	-----	-----	-----
Juros pagos	-	-	(3.379)	(2.035)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(832)	(4.581)	(5.889)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades Operacionais após juros e impostos	(13.117)	8.042	(42.119)	34.120
	-----	-----	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	-	(760)	(19.779)	(13.292)
No intangível	-	-	(2)	(402)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	2.941	2.082
Recebimentos de dividendos	-	-	79	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Empréstimos entre partes relacionadas	(14.739)	(11.424)	(8.355)	(854)
Instrumentos derivativos	-	-	(13.941)	8.728
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(14.739)	(12.184)	(39.057)	(3.738)
	-----	-----	-----	-----

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos entre empresas associadas				
Pagamento de dividendos	-	-	-	(9)
Ingresso de novos empréstimos	22.218	-	128.241	16.578
Liquidação de empréstimos	-	(542)	(104.263)	(52.365)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento	22.218	(542)	23.978	(35.796)
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa de controlada no exterior	-	-	(918)	1.041
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(5.638)	(4.684)	(58.116)	(4.373)
	=====	=====	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	29.726	30.094	206.829	92.964
No fim do período	24.088	25.410	148.713	88.591
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(5.638)	(4.684)	(58.116)	(4.373)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	622.913	734.513
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	(2.204)	695
	-----	-----	-----	-----
	-	-	620.709	735.208
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(323.632)	(382.368)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.411)	(843)	(66.402)	(118.540)
	-----	-----	-----	-----
	(3.411)	(843)	(390.034)	(500.908)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(3.411)	(843)	230.675	234.300
RETENÇÕES				
Depreciação	(9)	(9)	(28.283)	(30.038)
Amortização	-	-	(100)	(155)
	-----	-----	-----	-----
	(9)	(9)	(28.383)	(30.193)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(3.420)	(852)	202.292	204.107
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	6.176	4.269	-	-
Receitas financeiras	5.187	3.141	12.244	7.234
Variação cambial ativa	(984)	2.307	(2.051)	2.999
Royalties	-	-	2.804	3.553
	-----	-----	-----	-----
	10.379	9.717	12.997	13.786
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	6.959	8.865	215.289	217.893
	=====	=====	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	1.621	630	94.917	100.172
Impostos, taxas e contribuições	345	1.280	77.959	83.602
Remuneração de capitais de terceiros	322	86	31.883	23.661
Remuneração de capitais próprios	4.671	6.869	10.530	10.458
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	6.959	8.865	215.289	217.893
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objetivo social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação “CTNM3 e CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries Inc. (“SI”) respectivamente. Em 30 de abril de 2009, a SGPSA adquiriu participação na empresa Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”), controladora da MMartan Têxtil Ltda (“MMartan”). Essas empresas formam o maior complexo operacional de produtos têxteis de cama e banho do mundo, com unidades de produção no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos e no México.

A Companhia também conta com fortes marcas, tais como Springmaid, Wamsutta, Regal, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

Os produtos são comercializados nos Estados Unidos e Canadá pela Springs Global US, Inc. através de sua extensa rede de distribuição e proximidade comercial com os maiores varejistas daqueles mercados. No Brasil e na Argentina, os produtos são comercializados pela Coteminas S.A. e sua controlada Coteminas Argentina S.A..

A partir de 30 de abril de 2009, a Springs passou a controlar a Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”) com 64,7% de seu capital. A SRPSA é uma empresa holding que possui 100% das cotas do capital social da MMartan, empresa voltada para o varejo de cama, mesa e banho, cujos produtos possuem alto valor agregado.

A Companhia também é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense, uma companhia aberta que tem por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2011.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, elaboradas, simultaneamente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e estão identificadas como “Consolidado”.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais, foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e estão identificadas como “Controladora”. Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações contábeis intermediárias separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;

ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e

iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram os mesmos adotados em suas demonstrações financeiras anuais e são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com

o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação

patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Contas a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa--As contas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As contas a receber de longo prazo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas investidas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de “Ajuste acumulado de conversão” no patrimônio líquido, também demonstrado como resultado abrangente.

(j) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como

despesas quando incorridos.

(k) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada indireta SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(l) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	45 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(m) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, fundos de comércio e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil determinada são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(n) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período.

(o) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38% de acordo com a legislação vigente em cada país.

(p) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(q) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(r) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(s) Remuneração por ações--Os instrumentos cuja liquidação é efetuada através de ações de emissão da Companhia são mensurados ao valor justo das opções na data da outorga e a despesa é reconhecida linearmente ao longo do período pelo qual os benefícios foram adquiridos ("vesting period").

(t) Lucro básico e diluído por ação--O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(u) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(v) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(x) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")--Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(y) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações contábeis intermediárias, “acionista controlador” representa todos os acionistas da Companhia e “não controlador” representa a participação dos acionistas minoritários das controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	31.03.2011	31.12.2010
Coteminas International Ltd.	100	100
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas (Sucursal Argentina)	100	100
Springs Global Participações S.A.	68	68
Oxford Comércio e Participações S.A.	59	59
American Sportswear Ltda.	100	100
Companhia Tecidos Santanense	53	53

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada Springs Global Participações S.A., controladora da Coteminas S.A. e Springs Global US, Inc., com 100% do capital social de ambas as Companhias, e controladora da SRPSA com 64,7% do capital social, foram incluídas no processo de consolidação a partir de

suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da Companhia Tecidos Santanense com 85,91% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	2011	2010
Taxa fechamento:		
31 de dezembro	-	1,6662
31 de março	1,6287	1,7810
Taxa média:		
31 de março (3 meses)	1,6544	1,8223

2.5 – Informações comparativas

A Companhia adotou as IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Na transição das demonstrações financeiras para as IFRS, foi identificado ajuste ao patrimônio líquido referente a deságio apurado em participação societária, no valor de R\$14.851 que representou os seguintes efeitos: (i) Imposto de renda diferido R\$5.051 (ii) Reserva de lucros R\$6.110 e; (iii) Participação de acionistas não controladores R\$3.690. Não houve efeito no resultado. As reclassificações efetuadas na demonstração de resultado do trimestre findo em 31 de março de 2010 foram as seguintes:

	Consolidado		
	Valores originalmente apresentados	Reclassificação	Valores reclassificados
Receita operacional líquida	665.523	(3.891)	661.632
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros (a)	(14.201)	3.891	(10.310)

(a) Descontos concedidos: Em conexão com a adoção do CPC30 “Receitas”, a Companhia revisou a classificação de determinados descontos concedidos à clientes, reclassificando os valores para a rubrica “receita operacional líquida”.

2.6 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional em 2011 ou obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 7	Divulgações – transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos – recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis intermediárias a partir de sua adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Fundo de renda variável – DI	1.057	1.060	2.906	2.647
CDB – pós-fixado	21.818	25.455	23.868	25.455
Operações compromissadas	-	-	53.454	113.831
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	2.633	6.972
Depósitos no exterior	-	-	49.560	49.500
Depósitos em contas correntes	1.213	3.211	16.292	8.424
	-----	-----	-----	-----
	24.088	29.726	148.713	206.829
	=====	=====	=====	=====

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Fundo DI	11.442	10.845	11.442	10.845
Fundo de investimento – US\$	-	-	6.852	5.080
Depósito restrito (*)	-	-	76	78
Depósitos no exterior	-	-	21.335	21.826
	-----	-----	-----	-----
	11.442	10.845	39.705	37.829
Circulante	(11.442)	(10.845)	(18.370)	(16.003)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	21.335	21.826
	=====	=====	=====	=====

(*) A controlada indireta SGUS possui depósitos restritos, em instituições financeiras, no valor total de US\$47 mil (US\$47 mil em 31 de dezembro de 2010) na condição de “Compensating balance arrangement”.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010
Cientes no mercado interno	426.106	452.857
Cientes no mercado externo	113.464	112.816
Operadoras de cartão de crédito	44.264	47.872
Empresas associadas		
Mercado interno	16.588	1.594
Mercado externo	10.060	7.216
	-----	-----
	610.482	622.355
Provisão para devedores duvidosos	(37.474)	(38.336)
	-----	-----
	573.008	584.019
	=====	=====

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 84 dias (72 dias em 31 de dezembro de 2010). Em 31 de março de 2011, os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado, pela Administração, suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

As vendas a prazo realizadas pela controlada indireta MMartan são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de créditos cedidos pelas administradoras de cartões de créditos. Sobre esses valores são efetuados ajustes a valor presente considerando as taxas de juros de mercado, uma vez que os preços à vista não diferem dos preços parcelados. Em 31 de março de 2011, os valores a receber parcelados sob essa modalidade de venda eram R\$46.212, em um prazo médio de 90 dias, totalizando um ajuste no valor de R\$1.948 utilizando-se 100% do CDI como taxa de juros.

Foi efetuado ajuste a valor presente, no valor de R\$1.089 para as contas a receber decorrente de acordo de parcelamento de duplicatas vencidas. O ajuste a valor presente equivale aos juros embutidos nas parcelas acordadas com o cliente, mantendo-se os valores originais das duplicatas.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. As controladas da Companhia possuem juntas mais de 11.800 clientes ativos em 31 de março de 2011.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o trimestre findo em 31 de março de 2011.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidado é como segue:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Saldo no início do período	(38.336)	(37.477)
Adições do período	(10)	(2.336)
Baixas	528	922
Variação cambial	344	555
	-----	-----
Saldo no final do período	(37.474)	(38.336)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Matéria-prima e secundários	134.855	140.367
Produtos em elaboração	165.110	150.874
Produtos acabados	288.941	257.094
Peças de reposição	63.441	63.881
	-----	-----
	652.347	612.216
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerado suficiente para cobrir perdas com estoques descontinuados e ou obsoletos.

A movimentação da provisão é como segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>31.03.2011</u>
Matéria-prima e secundários	822	-	(55)	(1)	766
Produtos em elaboração	628	-	(63)	(13)	552
Produtos acabados	14.232	8.779	-	(471)	22.540
Peças de reposição	1.350	-	-	-	1.350
	-----	-----	-----	-----	-----
	17.032	8.779	(118)	(485)	25.208
	=====	=====	=====	=====	=====

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Fornecedores diversos	83	105	86.817	58.286
Fornecedores de energia elétrica	-	-	8.944	10.143
	-----	-----	-----	-----
	83	105	95.761	68.429
Total no ativo circulante	(83)	(105)	(87.970)	(59.426)
	-----	-----	-----	-----
Total no ativo não circulante	-	-	7.791	9.003
	=====	=====	=====	=====

A controlada indireta CSA possui contrato de compra e venda de energia elétrica com a CESP – Companhia Energética de São Paulo, firmado em 26 de agosto de 2004 para fornecimento de energia até dezembro de 2012. Em 10 de janeiro de 2005 foi efetuado adiantamento de R\$58.314.

Mensalmente a CESP efetua os faturamentos pelo valor vigente, a controlada indireta CSA amortiza o adiantamento pelo custo histórico e o valor excedente é contabilizado como redução de custo. Em 31 de março de 2011, o saldo apresentado no ativo circulante é de R\$4.874 (R\$4.861 em 31 de dezembro de 2010) e no ativo não circulante é de R\$4.070 (R\$5.282 em 31 de dezembro de 2010).

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do período	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.03.2010
Springs Global Participações S.A.	1.632.623	68,44	468	1.117.367	1.115.114	320	686
Oxford Comércio e Participações S.A.	180.760	58,88	9.023	106.432	101.127	5.313	2.397
Coteminas International Ltd.	8.647	100,00	329	8.647	8.509	329	1.074
Companhia Tecidos Santanense	212.461	2,07	10.505	4.398	4.180	217	98
American Sportswear Ltda.	1.735	100,00	-	1.735	1.735	-	-
Coteminas (Sucursal Argentina)	350	100,00	(3)	350	369	(3)	14
				-----	-----	-----	-----
				1.238.929	1.231.034	6.176	4.269
				=====	=====	=====	=====

9. IMOBILIZADO

	Taxa (*) %	31.03.2011		31.12.2010
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos e benfeitorias	3,7	32.786	(6.025)	26.761
Edifícios	2,5	516.467	(179.532)	336.935
Instalações	6,0	250.692	(133.729)	116.963
Equipamentos	6,3	1.555.380	(993.176)	562.204
UHE - Porto Estrela (**)	2,2	37.400	(7.657)	29.743
Usinas	-	12.672	(3.801)	8.871
Móveis e utensílios	8,4	40.094	(29.636)	10.458
Veículos	17,5	25.606	(20.828)	4.778
Computadores e periféricos	14,0	58.814	(50.063)	8.751
Obras em andamento	-	77.179	-	77.179
Adiantamentos a fornecedores	-	10.497	-	10.497
Outros	10,6	77.468	(74.041)	3.427
		2.695.055	(1.498.488)	1.196.567
		=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 20 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	31.12.2010	Adições	Baixas	Transferên- cias	Variação cambial	31.03.2011
Terrenos e benfeitorias	32.586	400	-	-	(200)	32.786
Edifícios	516.119	18	(2)	2.532	(2.200)	516.467
Instalações	246.431	121	(10)	4.265	(115)	250.692
Equipamentos	1.557.089	1.951	(4.593)	7.938	(7.005)	1.555.380
UHE - Porto Estrela	37.379	21	-	-	-	37.400
Usinas	12.672	-	-	-	-	12.672
Móveis e utensílios	40.479	178	(230)	54	(387)	40.094
Veículos	25.427	361	(192)	321	(311)	25.606
Computadores e periféricos	59.182	629	(751)	580	(826)	58.814
Obras em andamento	80.114	12.609	(251)	(15.045)	(248)	77.179
Adiantamentos a fornecedores	8.486	2.095	-	-	(84)	10.497
Outros	80.560	(4)	(734)	(645)	(1.709)	77.468
	2.696.524	18.379	(6.763)	-	(13.085)	2.295.055
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	31.12.2010	Adições	Baixas	Transferên- cias	Varição cambial	31.03.2011
Terrenos e benfeitorias	(5.692)	(407)	-	-	74	(6.025)
Edifícios	(177.859)	(2.870)	2	(4)	1.199	(179.532)
Instalações	(130.712)	(3.189)	8	131	33	(133.729)
Equipamentos	(982.067)	(19.566)	2.833	(67)	5.691	(993.176)
UHE - Porto Estrela	(7.450)	(207)	-	-	-	(7.657)
Usinas	(3.686)	(115)	-	-	-	(3.801)
Móveis e utensílios	(29.655)	(517)	162	-	374	(29.636)
Veículos	(20.775)	(464)	172	(54)	293	(20.828)
Computadores e periféricos	(50.739)	(796)	750	-	722	(50.063)
Outros	(76.136)	(152)	585	(6)	1.668	(74.041)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(1.484.771)	(28.283)	4.512	-	10.054	(1.498.488)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$31.732 (R\$32.423 em 31 de dezembro de 2010) foi apresentado como "Imobilizado disponível para venda" no ativo não circulante e, conseqüentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

Em 31 de março de 2011, as subsidiárias da Companhia possuíam provisão para uma provável perda de R\$36.378 (R\$37.504 em 31 de dezembro de 2010), para redução no valor recuperável de equipamentos que não apresentavam perspectiva de recuperação futura que ainda estão em operação e também sobre os ativos disponíveis para venda.

10. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	22.834	23.247
Ágio na aquisição da SRPSA	27.303	27.303
Marcas	16.298	16.298
Pontos comerciais (luvas)	9.875	9.875
Outros	24	24
	-----	-----
Total	76.334	76.747
	=====	=====

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2010 foi de três anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado

incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 15,5% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada indireta SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da controlada SGPSA referente à aquisição da SRPSA. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

Os testes realizados para os saldos de ágio não apresentaram novas perdas por não recuperabilidade.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	Saldos em 31.12.2010	Variação cambial	Saldos em 31.03.2011
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	23.247	(413)	22.834
Ágio na aquisição da SRPSA	27.303	-	27.303
Marcas	16.298	-	16.298
Pontos comerciais (luvas)	9.875	-	9.875
Outros	24	-	24
	-----	-----	-----
Total	76.747	(413)	76.334
	=====	=====	=====

Os ativos intangíveis descritos acima possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda.

11. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada indireta SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil no primeiro trimestre de 2011 foi de R\$6.993 (R\$8.658 no primeiro trimestre de 2010). A controlada indireta SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil no primeiro trimestre de 2011 foi de R\$594 (R\$1.203 no primeiro trimestre de 2010).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	31.03.2011
2011 (*)	17.096
2012	20.994
2013	18.815
2014	16.956
2015	13.031

(*) 9 meses

A partir de 2015, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam

em diversas datas até 2030, totalizando R\$171.530.

Para o período de 2011 a 2013, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada indireta SGUS é de R\$3.609.

A controlada indireta SGUS possui provisão de R\$9.926 (R\$11.537 em 31 de dezembro de 2010), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$87.230 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010
Fornecedores no mercado interno	122.638	127.048
Fornecedores no mercado externo	98.006	91.497
	-----	-----
	220.644	218.545
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente, 29 dias (23 dias em 31 de dezembro 2010). Em fornecedores no mercado interno estão incluídos créditos de compras de matéria-prima (algodão), no valor de R\$85.833 (R\$83.799 em 31 de dezembro de 2010).

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Consolidado	
				31.03.2011	31.12.2010
Pré-pagamento exportação:					
Banco Santander (Brasil) S.A. (b)	US\$	Libor+1,20	2011	-	5.562
Banco Santander (Brasil) S.A. (a)	US\$	Libor+1,35	2013	38.821	44.119
Banco Itaú BBA S.A. (a)	US\$	Libor+1,35	2013	38.821	44.119
				-----	-----
				77.642	93.800
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	35.386	35.402
BNDES (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	35.386	35.443
Banco do Brasil S.A.	R\$	IRP+10,81	2012	44.266	43.056
BNDES (Finame)	R\$	4,5 a 7,0	2020	8.947	3.935
Banco do Brasil S.A. (Exim)	R\$	7,0	2011	75.226	100.301
Banco Itaú BBA S.A.	R\$	7,0	2011	25.075	25.075
Bradesco S.A. (Exim)	R\$	7,0	2011	25.075	25.075
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	R\$	118,7 do CDI	2011	64.602	45.426
Bradesco S.A. (Conta garantida)	R\$	120 do CDI	2011	52.599	20.813
Banco Santander S.A.	R\$	CDI+0,20 a 0,29	2013	4.248	4.706
HSBC Bank Brasil	R\$	CDI+0,25	2013	6.589	7.062
HSBC Bank Brasil S.A. (Conta garantida)	R\$	CDI+0,126	2011	14.601	14.046
BNDES (Capital de giro)	R\$	TJLP+3,0	2014	12.366	13.321
Banco do Brasil S.A. (Girofex)	R\$	118,9 do CDI	2011	8.685	8.389
Banco Votorantim S.A.	R\$	11,25 (*)	2012	30.386	30.397
Outros	R\$	-	2013	293	276
				-----	-----
				443.730	412.723
Moeda estrangeira:					
JP Morgan	US\$	1,50	2012	21.335	21.826
Deutsche Bank (Securitização)	US\$	Libor+1,30	2011	53.122	43.213
Banco Francês	\$ARG	14,4	2014	2.246	2.466
				-----	-----
				76.703	67.505
Total				598.075	574.028
Passivo circulante				(345.638)	(357.323)
Passivo não circulante				252.437	216.705
				=====	=====

(*) Foi firmado contrato de swap de taxa de juros com Banco Votorantim com a finalidade de troca da taxa pré-fixada de 11,25 a.a., por 97% da variação do CDI.

(a) Coordenadores líderes conjuntos e coordenadores da execução. Esses empréstimos prevêem hipóteses usuais de vencimento antecipado, entre as quais se destacam o descumprimento dos seguintes índices financeiros: (i) relação entre dívida líquida/EBITDA, máximo de 3,5 vezes; (ii) relação entre EBITDA/despesa financeira, mínimo de 2,0 vezes; e (iii) relação entre dívida líquida/patrimônio líquido, máximo de 0,6 vezes.

(b) Esse empréstimo prevê hipóteses usuais de vencimento antecipado, entre as quais se destaca o descumprimento do seguinte índice financeiro: relação entre dívida total/EBITDA (a ser verificado semestralmente), como segue: 2008 máximo de 5,33 vezes; 2009 máximo de 4,42 vezes; 2010 máximo de 4,26 vezes e 2011 máximo de 3,84 vezes.

Para efeito dos índices financeiros, o cálculo da dívida não inclui as dívidas com empresas ligadas e são calculados com base nos balanços da controlada indireta CSA e os componentes considerados na apuração da dívida líquida e despesas financeiras são específicos e podem não coincidir com os valores das rubricas das demonstrações contábeis intermediárias.

Os empréstimos são garantidos por: (i) direitos de exportação, contratos, títulos de crédito e produtos a eles relacionados, para os financiamentos denominados “Pré-pagamento exportação”, (ii) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de São Gonçalo do Amarante, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia para os financiamentos denominados “Revitaliza”; e (iii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

Consolidado	2011	2012		2013	2014 a 2020	Total
		C. Prazo	L. Prazo			
Pré-pagamento exportação:						
Banco Santander (Brasil) S.A.	12.953	4.311	12.934	8.623	-	38.821
Banco Itaú BBA S.A.	12.953	4.311	12.934	8.623	-	38.821
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	25.906	8.622	25.868	17.246	-	77.642
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	3.510	1.739	5.216	6.955	17.966	35.386
BNDES (Revitaliza)	3.510	1.739	5.216	6.955	17.966	35.386
Banco do Brasil S.A.	-	-	44.266	-	-	44.266
BNDES (Finame)	106	141	656	1.119	6.925	8.947
Banco do Brasil S.A. (Exim)	75.226	-	-	-	-	75.226
Banco Itaú BBA S.A.	25.075	-	-	-	-	25.075
Bradesco S.A. (Exim)	25.075	-	-	-	-	25.075
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	64.602	-	-	-	-	64.602
Bradesco S.A. (Conta garantida)	52.599	-	-	-	-	52.599
Banco Santander S.A.	1.346	445	1.346	1.111	-	4.248
Banco HSBC	2.054	680	2.054	1.801	-	6.589
HSBC Bank Brasil S.A. (Conta garantida)	14.601	-	-	-	-	14.601
BNDES (Capital de giro)	2.859	951	2.852	3.803	1.901	12.366
Banco do Brasil S.A. (Girofex)	8.685	-	-	-	-	8.685
Banco Votorantim S.A.	17.886	7.500	5.000	-	-	30.386
Outros	243	1	5	6	38	293
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	297.377	13.196	66.611	21.750	44.796	443.730
Moeda estrangeira:						
JP Morgan	-	-	21.335	-	-	21.335
Deutsche Bank (Securitização)	-	-	-	53.122	-	53.122
Banco Francês	402	135	432	655	622	2.246
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	402	135	21.767	53.777	622	76.703
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	323.685	21.953	114.246	92.773	45.418	598.075
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, está representado como segue:

	<u>Nº de ações</u>
Ordinárias	43.531.958
Preferenciais	73.143.333

	116.675.291
	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de março de 2011.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, na forma da lei, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Ações em tesouraria

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía 1.100 ações ordinárias a um custo médio de R\$5,04 por ação (R\$4,90 mínimo e R\$5,05 máximo) e 121.800 ações preferenciais a um custo médio de R\$6,83 por ação (R\$4,95 mínimo e R\$8,59 máximo). O valor de mercado dessas ações em 31 de março de 2011 é de R\$4,90 por ação ordinária e R\$4,72 por ação preferencial.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Companhias por Ações.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovado o pagamento de dividendos no valor de R\$687 equivalentes a R\$0,005896 por ação ordinária e preferencial. Os dividendos serão colocados à disposição dos acionistas a partir de 22 de junho de 2011.

d. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Controladora:				
Wembley Sociedade Anônima	24.175	20.373	-	-
Coteminas International Ltd.	47.954	47.404	-	-
American Sportswear Ltda.	2.393	-	-	1.734
Coteminas S.A.	770	-	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	26	24	-	-
Cantagalo General Grains S.A.	8.923	3.565	-	-
Fazenda do Cantagalo Ltda.	220	91	-	-
	-----	-----	-----	-----
	84.461	71.457	-	1.734
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Wembley Sociedade Anônima	24.175	20.373	1.091	1.117
Holtex Inc.	-	-	78	80
Cantagalo General Grains S.A.	8.923	3.565	-	-
Fazenda do Cantagalo Ltda.	220	91	-	-
Sant'ana Estilo Ltda.	18	18	-	-
	-----	-----	-----	-----
	33.336	24.047	1.169	1.197
	=====	=====	=====	=====

Encargos financeiros (consolidado)

	31.03.2011	31.03.2010
Empresa Nacional de Comércio, Rédito e Participações S.A – Encorpar	6	-
Wembley Sociedade Anônima	565	200
Econorte	1	-
Jags - José Alencar Gomes da Silva	17	32
Cantagalo General Grains S.A.	200	-
	-----	-----
	789	232
	=====	=====

Os saldos referem-se a empréstimos com vencimentos de longo prazo. Os encargos, para controladas e associadas, foram calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI para empresas sediadas no Brasil mais 1,375% e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior).

A Companhia recebe comissão sobre aval de 1,3% a.a. de sua controlada indireta Companhia Tecidos Santanense. Em 31 de março de 2011 esse valor representa R\$140 (R\$55 em 31 de março de 2010), já contemplados no quadro acima.

Conforme previsto no acordo de acionistas da controlada SGPSA, a controlada indireta SGUS deve pagar, a cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.491 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada indireta CSA deve pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil à Companhia. No primeiro trimestre de 2011, foram provisionados a esse título R\$607 (R\$663 no primeiro trimestre de 2010), sendo que o saldo em aberto no valor de R\$2.428 (R\$4.346 em 31 de dezembro de 2010) está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante.

A acionista minoritária da SRPSA, Rossini Administradora de Bens Ltda., e a controlada indireta MMartan firmaram contrato de locação do imóvel onde se situa o parque fabril e escritórios da controlada indireta MMartan. No primeiro trimestre de 2011, foram pagos R\$600 (R\$600 no primeiro trimestre de 2010) sob essa rubrica. A avaliação do imóvel e respectivo aluguel foi efetuada por empresa especializada e estão a preços de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas chaves da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

16. DEBÊNTURES EMITIDAS POR CONTROLADA

Em Assembléia Geral Extraordinária da controlada indireta CSA, realizada em 24 de janeiro de 2006, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações da Coteminas S.A., para distribuição privada, nas condições abaixo, alteradas pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09 de junho de 2006:

Emissão:	24 de janeiro de 2006
Série:	Única
Quantidade:	50.057 Debêntures
Valor nominal na data de emissão:	R\$ 1
Remuneração:	Variação cambial mais juros equivalentes à taxa Libor de 3 meses, acrescida da sobretaxa de 3% ao ano;
Amortização dos juros:	Pagamentos trimestrais, com último vencimento para 21/06/2013.
Amortização do principal:	17 parcelas trimestrais e sucessivas, com primeiro vencimento para 21/06/2009 e último para 21/06/2013.

A totalidade das Debêntures foi subscrita pela Companhia. No ativo circulante, foram provisionados os juros pró-rata até 31 de março de 2011 e as primeiras parcelas do principal no valor de R\$14.323 (R\$12.022 em 31 de dezembro de 2010) e o saldo, registrado no ativo não circulante o valor de R\$11.431 (R\$14.033 em 31 de dezembro de 2010). No primeiro trimestre de 2011, foram contabilizados juros de R\$291 (R\$437 no primeiro trimestre de 2010) e variação cambial devedora de R\$592 (R\$1.154 de variação cambial credora no primeiro trimestre de 2010).

17. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada indireta CSA, sediadas no Brasil (exceto as unidades de Blumenau – SC e Acreúna – GO) e uma unidade da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais das unidades fabris das controladas estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão, até 31 de dezembro de 2016.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de

imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Resultado antes dos impostos	4.671	7.058	15.842	15.595
Equivalência patrimonial	(6.176)	(4.269)	-	-
Lucro tributável de controlada no exterior	329	-	329	-
Receitas não tributadas - RTT	-	-	(10.645)	(7.328)
Compensação de prejuízos fiscais	-	(1.056)	-	(3.329)
Outras, líquidas	676	(128)	3.600	891
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(500)	1.605	9.126	5.829
Alíquota de 34%	170	(546)	(3.102)	(1.981)
Complemento de imposto EUA	-	-	(11)	16
Créditos fiscais não constituídos	(170)	-	(3.216)	(4.127)
Incentivo fiscal redução SUDENE	-	-	442	286
Impostos sobre prejuízo fiscal	-	359	517	359
Outros	-	(2)	58	310
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	(189)	(5.312)	(5.137)
	-----	-----	-----	-----
Imposto corrente	-	(832)	(4.581)	(5.889)
Imposto diferido	-	643	(731)	752
	=====	=====	=====	=====

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras e instrumentos derivativos. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia poder vir a constituir créditos tributários.

A Administração da controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, reconheceu parcialmente ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. Em 31 de março de 2011, a controlada indireta CSA possuía R\$167.859 em prejuízos fiscais (R\$168.883 em 31 de dezembro de 2010) e R\$171.667 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$172.690 em 31 de dezembro de 2010), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos. Os ativos fiscais reconhecidos por aquela controlada indireta são líquidos dos benefícios fiscais a ela concedidos. Suas projeções futuras consideram o maior foco para atendimento ao mercado nacional, cujas vendas possuem maior rentabilidade, incremento nas margens em decorrência da venda de produtos de maior valor agregado, entre outras. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da CSA possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos daquela controlada.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas e são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2010	Reconhecidos no		Variação cambial	Outros	Saldos em 31.03.2011
		Patrimônio líquido	Resultado			
Ativo:						
Provisões dedutíveis somente quando realizadas	74.341	-	(939)	(1.246)	-	72.156
Prejuízo fiscal, líquido	63.422	-	208	(495)	-	63.135
Créditos fiscais de controladas no exterior	7.304	-	-	-	(152)	7.152
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	145.067	-	(731)	(1.741)	(152)	142.443
Passivo:						
Diferenças temporárias passivas	(4.457)	-	-	98	-	(4.359)
Deságio em investimentos	(5.051)	-	-	-	1	(5.050)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	135.559	-	(731)	(1.643)	(151)	133.034
Passivo não circulante	5.051	-	-	-	(1)	5.050
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	140.610	-	(731)	(1.643)	(152)	138.084
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	
Ano	Ativo não circulante
2011	15.189
2012	14.925
2013	18.952
2014	23.893
2015 em diante	65.125

	138.084
	=====

O imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo, serão devidos somente na realização dos deságios apurados nos investimentos que lhe deram origem.

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	12.355	14.327	72.576	74.202
Imposto de renda e contribuição social antecipados	5.834	7.036	15.504	17.011
PIS e COFINS a recuperar	8.209	8.209	12.422	16.837
IVA – Argentina	-	-	1.852	2.083
VAT – China e México	-	-	932	1.115
IPI a recuperar	1.779	1.779	3.623	2.358
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	3.562	3.562	3.654	3.654
Outros impostos a recuperar	-	-	4.261	3.888
	-----	-----	-----	-----
	31.739	34.913	114.824	121.148
Ativo circulante	(10.748)	(13.922)	(51.998)	(56.445)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	20.991	20.991	62.826	64.703
	=====	=====	=====	=====

18. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$450 e R\$115 respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Processos fiscais:				
Contribuição social	40.915	40.915	41.179	41.179
CPMF	-	-	4.317	4.317
INSS	2.314	2.314	6.702	6.679
PIS e COFINS	1.320	1.320	4.589	4.589
IPI bandeira estrangeira	2.653	2.653	2.653	2.653
Outras	348	348	2.773	2.236
Trabalhistas	2.741	2.341	14.133	14.581
Cíveis e outras	13.846	13.846	17.548	18.080
	-----	-----	-----	-----
	64.137	63.737	93.894	94.314
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	77.865	77.465	106.377	106.211
	=====	=====	=====	=====

Contribuição social – A Companhia é pólo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região da SUDENE.

CPMF – A sua controlada SGPSA é pólo ativo em ação de mandado de segurança para

afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia. A controlada indireta CSA é pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias.

PIS e COFINS – A Companhia e suas controladas são pólo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

IPI – A Companhia é pólo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas – A Companhia e suas controladas são pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A Companhia é pólo ativo em ações judiciais que questionam ECE – Encargo de Capacidade Emergencial e RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária cobrado em contas de Energia Elétrica. A controlada indireta CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária e COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2010	Adições	Baixas	Saldos em 31.03.2011
Processos fiscais:				
Contribuição social	41.179	-	-	41.179
CPMF	4.317	-	-	4.317
INSS	6.679	23	-	6.702
PIS e COFINS	4.589	-	-	4.589
IPI bandeira estrangeira	2.653	-	-	2.653
Outras	2.236	537	-	2.773
Trabalhistas	14.581	1.202	(1.650)	14.133
Cíveis e outras	18.080	-	(532)	17.548
	-----	-----	-----	-----
	94.314	1.762	(2.182)	93.894
	=====	=====	=====	=====

19. PLANO DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuir com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados

e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA (“Employee Retirement Income Security Act”) e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 31 de março de 2011 e 2010:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	31	64
Custo do juros	1.037	1.292
Retorno sobre os ativos	(366)	(405)
	-----	-----
Custo líquido do benefício	702	951
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 60% em investimentos de renda variável e 40% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Provisão para plano de pensão	61.689	64.088
Provisão para plano de pensão (múltiplos empregadores) (a)	942	1.092
Outras provisões de benefícios a funcionários	10.059	10.688
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	72.690	75.868
	-----	-----
Circulante (b)	(6.412)	(6.559)
	-----	-----
Não circulante	66.278	69.309
	=====	=====

(a) Até 30 de dezembro de 2010, a controlada indireta SGUS era uma das empresas patrocinadoras do plano “South Jersey Labor and Management Pension Fund”, um plano de pensão de benefício definido de múltiplos empregadores. Em 30 de dezembro de 2010, a controlada indireta SGUS retirou-se do plano. A provisão em 31 de dezembro de 2010 representa o valor estimado a pagar referente à saída do plano.

(b) Incluída na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

20. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Companhia Vale do Rio Doce, em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com

característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da controlada, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e os demais consorciados pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo:

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGPM

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	4.282	409.754	667.311

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao exigível a longo prazo, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga, 33,33%, a valor presente, considerando uma taxa de juros de 4% a.a., atualizada pelo IGPM. Em 31 de março de 2011, esse valor representava R\$67.922 (R\$63.992 em 31 de dezembro de 2010).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de março de 2011, somam R\$29.743 (R\$29.929 em 31 de dezembro de 2010) (vide nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da controlada indireta CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais -- a Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são

administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo -- o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados, está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31.03.2011		31.12.2010		31.03.2011		31.12.2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVO --								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de caixa	24.088	24.088	29.726	29.726	148.713	148.713	206.829	206.829
Títulos e valores mobiliários	11.442	11.442	10.845	10.845	18.370	18.370	16.003	16.003
Duplicadas a receber	-	-	-	-	573.008	573.008	584.019	584.019
Debêntures emitidas por controlada (b)	14.323	14.323	12.022	12.022	-	-	-	-
Instrumentos derivativos	-	-	-	-	23.006	23.006	7.087	7.087
Outros créditos a receber	20.803	20.803	8.965	8.965	35.660	35.660	25.124	25.124
NÃO CIRCULANTE:								
Realizável a longo prazo:								
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	21.335	21.335	21.826	21.826
Partes relacionadas	84.461	84.461	71.457	71.457	33.336	33.336	24.047	24.047
Debêntures emitidas por controlada (b)	11.431	11.431	14.033	14.033	-	-	-	-
PASSIVO --								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (b)	22.218	22.218	-	-	345.638	345.638	357.323	357.323
Fornecedores	57	57	78	78	220.644	220.644	218.545	218.545
Instrumentos derivativos (a)	-	-	-	-	3.345	3.345	12.030	12.030
Outras contas a pagar	482	482	1.767	1.767	45.455	45.455	51.400	51.400
NÃO CIRCULANTE:								
Exigível a longo prazo:								
Empréstimos e financiamentos (b)	-	-	-	-	252.437	252.437	216.705	216.705
Partes relacionadas	-	-	1.734	1.734	1.169	1.169	1.197	1.197
Concessões governamentais	-	-	-	-	67.922	67.922	63.992	63.992
Instrumentos derivativos (a)	-	-	-	-	-	-	33	33
Outras obrigações	-	-	-	-	26.335	26.335	38.821	38.821

(a) Os valores justos dos instrumentos derivativos são baseados em cotações no mercado secundário destes títulos, portanto, classificados como nível II de informação.

(b) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado.

A Companhia estima que os valores justos dos demais instrumentos financeiros aproximam-se aos valores contábeis por possuírem vencimento de curto prazo.

c) Classificação dos instrumentos financeiros -- Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como "Empréstimos e Recebíveis", no caso de ativos, ou "Outros passivos financeiros", no caso de

passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Operações com instrumentos financeiros derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos -- A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos -- Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio -- Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Em Reais	232.041	236.630
	-----	-----
Em milhares de Dólares equivalentes	142.470	142.018
	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	31.03.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	2.633	6.972
Duplicatas a receber	90.632	80.050
Fornecedores, líquidos	(2.143)	(2.174)
Financiamentos	(77.642)	(93.800)
Partes relacionadas	43.522	37.933
	-----	-----
Total da exposição em Reais	57.002	28.981
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	34.998	17.394
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte americanos já contratados em 31 de março de 2011 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2011	Baixa do Dólar	37.320	1.043	(14.413)	(29.870)
2012	Baixa do Dólar	(21.176)	(3.947)	5.662	15.271
2013	Baixa do Dólar	(10.588)	(2.744)	2.253	7.250
2015	Baixa do Dólar	29.442	12.959	(2.269)	(17.497)
		-----	-----	-----	-----
		34.998	7.311	(8.767)	(24.846)
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas:

As principais informações consolidadas sobre os instrumentos derivativos estão assim demonstradas:

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo – Ativo (Passivo)	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Contratos de Opções (1) -- Posição lançadora: Compra Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$2,20 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 11 contratos de US\$5.000 mil cada com vencimentos mensais a partir de out/10 até ago/11	25.000	40.000	(13)	(197)
Contratos a termo (NDF) (2) -- Posição: Comprada Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$1,8033 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$70.000 mil com vencimento em abril/11	70.000	70.000	(3.150)	(5.095)
Contratos a termo (NDF) (3) -- Posição: Comprada Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$1,7835 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$56.290 mil com vencimento em jan/11	-	56.290	-	(6.588)
Total passivo circulante			(3.163)	(11.880)

(1) Contratos de opções -- são registrados pelo seu valor justo através do resultado. O valor justo dos contratos foi obtido diretamente com a instituição financeira contraparte, que avalia esses instrumentos financeiros a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, como a taxa do Dólar futuro, volatilidade, taxas de juros e algoritmos próprios. Se o valor do Dólar, nas datas de vencimento dos contratos, for maior que R\$2,20, a Companhia terá de pagar essa diferença a maior, multiplicada pelo volume de Dólares do respectivo contrato. A diferença para um Dólar menor do que R\$2,20 não se constituirá em receita.

(2) Contratos a termo (NDF – “Non Deliverable Forward”) matérias primas -- são classificados e registrados pelo seu valor justo como hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade pode ser mensurada pelas importações de matérias primas previstas para as datas de vencimento dos contratos. Tem seus ganhos e perdas não realizados (líquido dos impostos no caso de ganhos) registrados no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” e quando realizados ou caso sua efetividade não for confirmada, são reconhecidos no resultado. Os valores provisionados correspondem ao valor justo dos NDFs e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros como a taxa do Dólar futuro nas datas de vencimento, taxas de juros e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente da instituição financeira contraparte que avalia esses instrumentos financeiros.

(3) Contratos a termo (NDF – “Non Deliverable Forward”) financiamentos -- são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no de fluxo de caixa dos financiamentos denominados em Dólares, previstos para as datas de vencimento dos contratos até janeiro de 2011. Tem seus ganhos e perdas reconhecidos no resultado em contraposição às variações

cambiais dos financiamentos. Os valores provisionados correspondem ao valor justo dos NDFs e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros como a taxa do Dólar futuro nas datas de vencimento, taxas de juros e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente da instituição financeira contraparte que avalia esses instrumentos financeiros.

Os derivativos são negociados em mercado de balcão, registrados na CETIP e não estão sujeitos a depósitos de margem. No trimestre findo em 31 de março de 2011, o resultado com derivativos relacionados ao risco de câmbio foi uma despesa de R\$9.098 (receita de R\$16.103 no trimestre findo em 31 de março de 2010), contabilizados na rubrica "Variações cambiais líquidas".

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de março de 2011 são como segue:

Contratos a termo – NDF (matérias primas):

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2011	Baixa do Dólar	(70.000)	(3.150)	-	-
		-----	-----	-----	-----
	Baixa do Dólar	(70.000)	(3.150)	-	-
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável, a valor presente, considerando-se os vencimentos dos contratos dos derivativos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. O resultado é ajustado pela taxa de juros prevista para o mesmo período. Não foi projetado os cenários II e III, pois o derivativo foi liquidado pelo valor provável.

As taxas futuras de Dólares como também as taxas de juros foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão) -- Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Abaixo o resumo dos instrumentos derivativos com risco de "commodities":

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$ mil		Valor justo – Ativo circulante	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Contratos de opção de compra de algodão -- Posição: Comprada Moeda: US\$ corrente Contraparte: Macquarie Outras informações: Contratos totalizando 48,5 milhões de libras peso com vencimentos em jun/11 e dez/11	61.180 =====	79.950 =====	22.999 =====	7.079 =====

A controlada indireta SGUS possui instrumento de hedge financeiro composto por compras de opções de compra (Calls) e venda de opções de venda (Puts) resultando em hedge de compra sem alavancagem, relativo ao volume de 48,5 milhões de libras peso (equivalentes a aproximadamente 22 mil toneladas), de algodão a preços que variam entre US\$88,50/lb e US\$205,00/lb consideradas as condições de mercado em 31 de março de 2011.

Vencimento	Risco	Volume contratado em libras peso	Cenários em US\$ mil		
			Provável	II	III
Nov-11	Baixa	25,000,000	2.207	593	(3.369)
Nov-11	Baixa	3,400,000	86	(652)	(1.658)
Jun-11	Baixa	5,000,000	10.189	7.726	6.895
Jun-11	Baixa	5,000,000	1.149	628	34
Jun-11	Baixa	5,000,000	367	(1.840)	(4.222)
Jun-11	Baixa	5,100,000	123	(1.878)	(4.242)
		48,500,000 =====	14.121 =====	(4.577) =====	(6.562) =====
			Valores equivalentes em R\$ mil		
			22.999 =====	(7.455) =====	(10.687) =====

Cenário “Provável” representa o resultado do instrumento de hedge financeiro em 31 de março de 2011, a valor presente, considerando-se os vencimentos dos contratos dos derivativos acima detalhados e o mercado estável. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração dos preços futuros de algodão em 25% e 50% respectivamente.

As cotações dos instrumentos financeiros foram obtidas com base nas informações de mercado divulgadas pela ICE – International Cotton Exchange e validadas com a contraparte da operação.

No trimestre findo em 31 de março de 2011, o resultado com derivativos de “commodities” foi uma receita de R\$16.038, contabilizados na rubrica “Variações cambiais líquidas”. No trimestre findo em 31 de março de 2010, a Companhia não obteve resultados com instrumentos financeiros derivativos – “commodities”.

d.5 - Risco de taxa de juros – O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos

Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a TJLP estão demonstrados nas notas explicativas nºs 13, 15 e 16. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto o demonstrado em d.5.1 abaixo) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de taxa de juros no financiamento junto ao Banco Votorantim.

As principais informações sobre os instrumentos derivativos estão assim demonstradas:

Descrição	31.03.2011			31.12.2010		
	Valor de referência (Nocional) US\$ mil	Valor justo	Saldo contábil (a pagar)	Valor de referência (Nocional) US\$ mil	Valor justo	Saldo contábil (a pagar)
Contrato de Swap -- Posição passiva: 97% do CDI Posição ativa: 11,25% pré Contraparte: Banco Votorantim S.A. Outras informações: 12 vencimentos mensais a partir de junho/2011 até maio/2012	30.000	(182)	(182)	30.000	(182)	(182)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	30.000	(182)	(182)	30.000	(182)	(182)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Contrato de swap de taxa de juros – Foi designado e registrado pelo seu valor justo como hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade se baseia no de fluxo de caixa do financiamento obtido junto ao Banco Votorantim S.A., cujas datas de vencimento dos contratos vão até maio de 2012. Tem seus ganhos e perdas não realizados registrados no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” e quando realizados ou caso sua efetividade não for confirmada, são reconhecidos no resultado. Os valores provisionados correspondem ao valor justo desse derivativo e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros como a taxa de juros futura nas datas de vencimento e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente da instituição financeira contraparte que avalia esses instrumentos financeiros.

O derivativo é negociado em mercado de balcão, registrado na CETIP e não está sujeito a depósito de margem. Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010, não houve resultado com derivativos.

A análise de sensibilidade dos instrumentos derivativos em 31 de março de 2011 está assim resumida:

Vencimento	Risco	Principal	Cenários		
			Provável	II	III
2011	Alta do CDI	17.500	(146)	(608)	(1.081)
2012	Alta do CDI	12.500	(36)	(122)	(207)
		-----	-----	-----	-----
	Alta do CDI	30.000	(182)	(730)	(1.288)
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à despesa de juros. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, a valor presente, considerando-se os vencimentos dos contratos dos derivativos acima detalhados, contrapondo-os com a taxa fixa de 11,25% a.a.. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do “CDI” em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do “CDI” foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito -- A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos . Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez – A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Em 31 de março de 2011 não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 – Gestão de capital -- A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Empréstimos e financiamentos	22.218	-	598.075	574.028
Instrumentos derivativos	-	-	(19.661)	4.976
Caixa e equivalentes de caixa	(24.088)	(29.726)	(148.713)	(206.829)
Títulos e valores mobiliários	(11.442)	(10.845)	(39.705)	(37.829)
	-----	-----	-----	-----
Total do (caixa) dívida líquida	(13.312)	(40.571)	389.996	334.346
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.497.356	1.490.967	2.131.510	2.118.380
	-----	-----	-----	-----
Total do (caixa) dívida líquida e patrimônio líquido	1.484.044	1.450.396	2.521.506	2.452.726
	=====	=====	=====	=====

22. REMUNERAÇÃO POR AÇÕES

Antes da constituição da controlada SGPSA, a controlada indireta SGUS administrava plano de opções de compra de ações, o qual foi convertido, em 24 de janeiro de 2006, em um plano equivalente, porém com ações da SGPSA. Nessa data, o plano de ações da controlada indireta SGUS deixou de existir.

Encontra-se abaixo um resumo das opções de ações:

	Opções existentes	Média ponderada de preço de exercício
Existentes e exercíveis em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010	644.228 =====	R\$24,28 =====

A tabela a seguir resume as informações sobre as opções de ações existentes em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

31.03.2010			31.12.2010		
Preço de exercício R\$	Opções existentes	Média ponderada da vida contratual remanescente	Preço de exercício R\$	Opções existentes	Média ponderada da vida contratual remanescente
15,51	77.400	0,99 ano	15,51	77.400	1,24 ano
25,48	566.828	1,00 ano	25,48	566.828	1,25 ano
-----	-----		-----	-----	
24,28	644.228		24,28	644.228	
=====	=====		=====	=====	

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas separadamente em cada controlada direta, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem dois segmentos operacionais.

A controlada SGPSA em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos), que eram (em demonstrações contábeis intermediárias publicadas anteriormente) chamados de "segmentos de mercado", como: fashion bedding; banho; utility bedding; produtos intermediários; e outros.

A controlada SGPSA possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos. Apenas a controlada indireta MMartan, possui um conjunto de

informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte. O volume de vendas e ativos dessa controlada não a classifica para que informações por segmento sejam prestadas.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

31.03.2011 – Consolidado				
	Produtos para o lar	Brins	Outras (*)	Total
Vendas líquidas	472,1	96,5	(21,2)	547,4
Custo dos produtos vendidos	(370,2)	(69,0)	21,2	(418,0)
Lucro bruto	101,9	27,5	-	129,4
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(84,9)	(11,8)	(5,3)	(102,0)
Outros	(3,1)	-	0,1	(3,0)
Resultado operacional	13,9	15,7	(5,2)	24,4
Resultado financeiro	(11,2)	(1,4)	4,0	(8,6)
Resultado antes dos impostos	2,7	14,3	(1,2)	15,8
Depreciação e amortização	26,0	2,4	-	28,4
Total de ativos	2.668,6	322,5	347,3	3.338,4
Total de passivos	(1.017,0)	(110,0)	(79,9)	(1.206,9)
Total de ativos líquidos	1.651,6	212,5	267,4	2.131,5

31.03.2010 – Consolidado				
	Produtos para o lar	Brins	Outras (*)	Total
Vendas líquidas	593,9	70,3	(2,6)	661,6
Custo dos produtos vendidos	(495,3)	(52,2)	2,6	(544,9)
Lucro bruto	98,6	18,1	-	116,7
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(88,4)	(9,9)	(2,6)	(100,9)
Outros	(0,2)	-	0,2	-
Resultado operacional	10,0	8,2	(2,4)	15,8
Resultado financeiro	(5,1)	(1,4)	6,3	(0,2)
Resultado antes dos impostos	4,9	6,8	3,9	15,6
Depreciação e amortização	28,0	2,2	-	30,2
Total de ativos	2.684,0	309,0	331,7	3.324,7
Total de passivos	(1.036,4)	(107,0)	(62,9)	(1.206,3)
Total de ativos líquidos	1.647,6	202,0	268,8	2.118,4

(*) Refere-se a eliminação de vendas entre partes relacionadas e despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais.

A Administração da Companhia e de suas controladas também gerenciam seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina, Canadá e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações por região geográfica (expresso em milhões de Reais):

	31.03.2011			31.03.2010		
	Brasil	Outros países	Total	Brasil	Outros países	Total
Vendas líquidas	314,5	232,9	547,4	311,1	350,5	661,6
Custo dos produtos vendidos	(208,2)	(209,8)	(418,0)	(233,5)	(311,4)	(544,9)
Lucro bruto	106,3	23,1	129,4	77,6	39,1	116,7
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(70,9)	(31,1)	(102,0)	(65,7)	(35,2)	(100,9)
Outros	(0,1)	(2,9)	(3,0)	0,7	(0,7)	-
Resultado operacional	35,3	(10,9)	24,4	12,6	3,2	15,8
Resultado financeiro	(22,3)	13,7	(8,6)	1,9	(2,1)	(0,2)
Resultado antes dos impostos	13,0	2,8	15,8	14,5	1,1	15,6
Depreciação e amortização	22,2	6,2	28,4	22,5	7,7	30,2

A controlada SGPSA em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos), anteriormente chamados pela Administração de "segmentos de mercado", como: fashion bedding; banho; utility bedding; produtos intermediários; e outros. Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Fashion bedding	170,2	228,7
Banho	83,2	130,2
Utility bedding	45,3	66,4
Produtos intermediários	159,5	152,6
Outros	89,2	83,7
	547,4	661,6
Volumes (toneladas mil):		
Fashion bedding	8,7	14,2
Banho	5,0	10,1
Utility bedding	5,8	8,2
Produtos intermediários	14,4	18,6
	33,9	51,1

A Companhia possui mais de 11.800 clientes ativos em 2011 e apenas 1 cliente concentra vendas maiores de 10% das vendas líquidas, representando um total de R\$95 milhões em vendas na categoria de "Outros países" no trimestre.

24. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	306.921	449.045
Benefícios a empregados	94.918	100.171
INSS	17.404	17.202
Depreciação e amortização	28.383	30.193
Varição dos estoques de produtos acabados e em processo	61.965	29.108
Varição cambial nos estoques de controlada no exterior	(4.500)	2.568
Outros custos e despesas	14.865	17.486
	-----	-----
	519.956	645.773
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010
Custo dos produtos vendidos	417.995	544.849
Vendas	60.897	58.630
Gerais e administrativas	38.737	40.472
Honorários da administração	2.327	1.822
	-----	-----
	519.956	645.773
	=====	=====

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	660.839	785.799
Deduções das vendas	(113.416)	(124.167)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	547.423	661.632
	=====	=====

26. LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação foi calculado como segue:

	Controladora e consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	4.671	6.869
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	43.530.858	43.531.958
Preferenciais	73.021.533	73.042.533
	-----	-----
	116.552.391	116.574.491
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	1.745	2.565
Ações preferenciais	2.926	4.304
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias – R\$	0,0401	0,0589
Ações preferenciais – R\$	0,0401	0,0589
	=====	=====

O número médio ponderado de ações foi calculado com base no número total de ações emitidas, menos as ações em tesouraria, sendo 1.100 ações ON e 121.800 ações PN.

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 9 de maio de 2011, a Companhia em conjunto com a Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações ("Encorpar"), ambas controladas por Wembley S.A., divulgou fato relevante informando que, nos dias 6 e 7 de maio de 2011, contribuíram em aumento de capital da Cantagalo General Grains S.A., sociedade anônima brasileira recentemente constituída ("Cantagalo"), determinados imóveis rurais de titularidade da Coteminas e da Fazenda do Cantagalo Ltda. (a qual, por sua vez, é controlada pela Encorpar) localizados nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, com uma área total de aproximadamente 33 mil hectares.

Em decorrência da transação acima referida, e de aumentos de capital subsequentes de outros acionistas da Cantagalo, respectivamente Agrícola Estreito S.A. e GFN Agrícola e Participações S.A, a Coteminas passará a deter diretamente uma participação acionária equivalente a 30% do capital social votante e total da Cantagalo; a Encorpar, por sua vez, através de sua controlada Fazenda Cantagalo Ltda., passará a deter uma participação acionária equivalente a 20% do capital social votante e total da Cantagalo.

* * * * *